

SISTEMA FAEP



BOLETIM informativo

Ano | nº | 15 a 21 de junho
XXIV | 1055 | de 2009

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

MOBILIZAÇÃO

CNA em campo: Respeito à agropecuária

Pág. 2



Senadora kátia Abreu

Um terço da movimentação da economia do país no interior do Paraná

A CNA e a FAEP foram ao interior do Paraná ouvir diretamente os produtores rurais. São eles os responsáveis por 1/3 do PIB nacional, 1/3 das exportações e 1/3 dos empregos do país



TOLEDO, LONDRINA E CAMPO MOURÃO

Mais de seis mil produtores do Paraná prestigiam Programa CNA em Campo



Londrina

Durante os três dias de visita pelo Paraná (de 4 a 6), o programa “CNA em Campo” reuniu mais de seis mil pro-

dutores nos municípios de Toledo, Londrina e Campo Mourão.

Organizado no estado pelo Siste-

ma FAEP, com os sindicatos rurais, a capacidade de mobilização surpreendeu a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu. Segundo ela, na caminhada pelo Paraná conseguiu conversar com o maior número de pessoas. “São multiplicadores que levarão nossos conceitos para as suas regiões de origem, atualizando nosso discurso e implementando mais argumentos para o debate inteligente. Somente através do conhecimento iremos adquirir autoridade para o debate”, avaliou.

O objetivo, segundo a presidente da CNA, é de que o conhecimento permita ao setor ser respeitado pelo governo e pela sociedade. Ainda segundo ela, a quantidade de participantes nos eventos realizados no Paraná demonstra a credibilidade con-



Toledo

quistada pelo Sistema FAEP diante de seu público. “A Federação do Paraná tem essa característica especial que pretendemos alcançar em todo o país, que é justamente o poder de mobilizar. A entidade só consegue mobilizar se gera confiança e a certeza no produtor de que ela trabalha em prol dele”.

Exemplos - Kátia Abreu ressaltou a Federação do Paraná como um exemplo para o País. “Não só do ponto de vista da mobilização, mas especialmente na implementação da formação profissional rural. Do Paraná tem saído grandes exemplos para o Brasil como o Empreendedor Rural. E hoje nasce aqui o “Mulher Atual”, que nós também vamos levar em nível nacional”.

Na avaliação do presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, esses encontros demonstram a importância de um setor em que 85% dos associados do Sistema são pequenos e médios produtores, com propriedades abaixo dos 100 hectares. “Estamos unindo nossas forças

para vencer as dificuldades em comum. Afinal, somos os maiores produtores de grãos, o primeiro em avicultura, segundo maior de cana-de-açúcar e de leite sustentados por esses produtores”.

Em Campo Mourão

O evento de Campo Mourão fechou a programação do CNA em

Campo no Paraná e, segundo o presidente do Sindicato Rural, Nelson Teodoro de Oliveira, a presidente da CNA está resgatando o nome do homem do campo, que é tão sofrido. “Está despertando o orgulho do produtor”, salientou. Mulheres que se destacaram em suas áreas de atuação, principalmente no campo, foram homenageadas.



Campo Mourão

“Quem quiser propriedade, que compre e pague”



Senadora Kátia Abreu: “Quem quiser propriedade, que compre e pague”

Em Londrina, mais de 1.500 produtores de 45 municípios do Norte do Paraná, a maioria mulheres, foram ouvi-la no 1º Encontro de Produtores e Produtoras Rurais, realizado no Parque Ney Braga.

Foi nesse cenário que ela discursou fazendo um minucioso perfil do agronegócio no país em mais um

lançamento do Programa CNA em Campo, que mostra os projetos e ações da Confederação visando aumentar a rentabilidade da atividade agropecuária.

Num retrato bem elaborado das atividades do agronegócio brasileiro, ela lembrou que o setor é responsável por 1/3 do PIB nacional, 1/

3 das exportações e 1/3 dos empregos no país. Disse que entre os desafios da atividade estão as restrições do crédito e juros altos “porque não são todos que obtêm juros de 6,75% como às vezes é anunciado no lançamento dos Planos-Safra”.

Apontou ainda o excesso de tributação existente, quando no Reino Unido alimentos estão isentos, o mesmo ocorrendo em 34 estados dos EUA. Da mesma forma, apontou o atraso na área de biotecnologia que já causou prejuízos ao Brasil na ordem de US\$ 3,1bi e a ausência de investimentos em logística (portos, ferrovias, hidrovias e rodovias).

Interrompida por aplausos várias vezes, a presidente da CNA esclareceu que nem a entidade nem os produtores são contra a reforma agrária. “Mas reforma agrária não se faz com invasão. É preciso que a propriedade seja respeitada, quem quiser que as compre e pague”, finalizou.

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Mulher Atual e atualizada

Buscando o desenvolvimento profissional pautado em valores humanos o Mulher Atual está em campo com 34 turmas aprovadas totalizando 850 participantes em 32 municípios do Paraná.

A expectativa é de que até o final deste ano 130 turmas estejam apro-

vadas com 3.250 mulheres desenvolvendo suas competências no empreendedorismo rural. O Mulher Atual tem encontros semanais de oito horas totalizando 80 horas. Os temas são variados e vão de autoestima, percepção de si, comunicação, família até direitos sociais, previdência social, cidadania, mercado de

trabalho, defesa do consumidor, consciência ecológica, valores socioambientais, liderança ética, empreendedorismo, profissionalização e formação continuada. Para que o curso ocorra, basta haver demanda e solicitação de turmas nos sindicatos rurais. Abaixo a avaliação de mulheres que estão participando do programa.



“Com o Programa, a mulher começa a se mexer, a se valorizar. Procuram ajudar umas às outras e formar um grupo para conquistar o que querem. Ajuda a mulher a ser mais vista na sociedade e a se interessar mais pelo trabalho na propriedade. Vi, através deste curso, que preciso trabalhar mais junto com o meu esposo na propriedade rural”.

Clarice Maria Maltauro,
agricultora



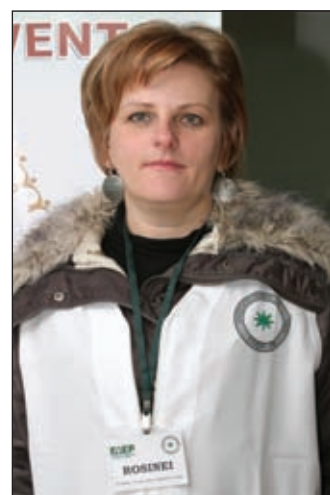
“É muito boa a divulgação de que a mulher está presente em todas as áreas. Se olharmos para trás percebemos que houve avanço, mas ainda há muito o que fazer. É importante o interesse do sindicato. Queremos que cada vez mais mulheres participem”.

Marilete Vanzo Dal Maso,
produtora de grãos em Toledo.



“Antigamente curso para as mulheres era de culinária. É interessante abrir para outras áreas. Isto mostra que o Sindicato está realizando um trabalho de integração entre as mulheres que é de muita importância”.

Leonia Lucia Beck, agricultura da
Vila Ipiranga, Toledo área de 34
alqueires produção de grãos



“O programa trabalha o desenvolvimento comportamental da mulher para que ela perceba seu papel e assuma um compromisso na gestão da propriedade. As mudanças já estão acontecendo. Na nossa comunidade, que reúne cerca de 70 mulheres, há pelo menos 10 que estão assumindo a propriedade ao lado de seus maridos e muitas dessas estão aqui ajudando na organização do evento”.

Rosinei Maraschin, produtora rural

“Estou amando o “Mulher Atual”. A mulher do meio rural tem muitos limites, depende muito da família e precisa aprender a se valorizar mais. Aprendi a me valorizar, o que melhorou minha autoestima e a minha relação com a família”.

Produtora Aparecida Maria de Lima
Santos, Janiópolis

“Ajuda a melhorar o conhecimento e a autoestima da gente. Muda o convívio em família, a relação entre mãe e filhos, esposa e marido e ajuda a resgatar coisas que, ao longo do tempo, fomos deixando de lado”.

Rubilene Cristina de Mira, produtora
rural de Bragópolis, Janiópolis

“Este programa vai mudar a maneira de pensar e organizar a vida da mulherada. O dia-a-dia em casa e no trabalho. Em Nova Tebas, a base da economia está na zona rural. A participação das mulheres no programa vai beneficiar em muito nosso município”.

Vera Lucia de Oliveira, produtora
rural em Nova Tebas

“Nós, como mulheres atuais, temos que nos valorizar bastante. Estou me sentindo mais segura e mais disciplinada. Acredito em mim mesma. Demorei muito para estar inserida em um curso como este, mas está valendo a pena”.

Terezinha Maria Teixeira, produtora
rural de Ubatã

ARTIGO

Roberto Rodrigues

Roberto Rodrigues, 66, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp - Jaboticabal, foi ministro da Agricultura (governo Lula) - Publicado no jornal Folha de S. Paulo de 7 de junho de 2009

Paz com tecnologia

DESSENTIMENTOS entre os ministros da Agricultura e do Meio Ambiente sempre aconteceram, e o mais recente não será o último. Desta vez, o ministro da Agricultura coloca uma posição consistente, quando, na discussão em torno da revisão do Código Florestal, propõe que as porcentagens de áreas preservadas sejam estabelecidas tecnicamente.

Em outras palavras, ele pede um zoneamento agroecológico que de-

daria ao país uma melhor condição de defesa diante de acusações vindas de fora quanto ao desmatamento. Vale lembrar que muitas delas se devem a interesses comerciais ameaçados pelo extraordinário potencial de crescimento do nosso agronegócio.

O agricultor é o maior interessado na preservação dos recursos naturais: se ele não conservar o seu solo, se não combater a erosão, se não adubar corretamente, se não cuidar da cobertura vegetal ciliar, ele acabará perdendo seu próprio patrimônio, seu meio de vida, a herança que deixará aos filhos e netos. Portanto, o produtor rural é naturalmente um preservacionista. Acontece que nem todos agiram assim sempre. Desinformados ou movidos pela ganância, muitos erraram e acabaram avançando mais do que deveriam sobre florestas nativas, em várias partes do país. Aliás, nem havia, ainda, legislação cuidando do tema.

Houve então uma radicalização desnecessária: alguns ambientalistas generalizaram a questão, como se todo agricultor fosse destruidor dos recursos naturais, e criaram uma normativa exageradamente protecionista, o que é compreensível; mas que fez os agricultores, por sua vez, acharem que todos os ambientalistas são inibidores do progresso e do desenvolvimento.

Radicalismos à parte (e que nunca trazem paz), ambientalistas e produtores rurais no fundo defendem a mesma coisa: a produção sustentável, até porque essa é hoje uma condição essencial para a competitividade. Sendo assim, deveriam

buscar, com inteligência o bom senso, um caminho comum. E a oportunidade desse caminho surge na discussão do Código Florestal. Não são muitas as divergências profundas, e, se dois temas forem acertados, o resto será fácil.

O primeiro é a inclusão da Área de Preservação Permanente como parte da Reserva Legal, qualquer que seja o tamanho desta, definido tecnicamente. E o segundo é a compensação da Reserva Legal em outra região. Isso pode ser tratado na proposta de zoneamento do ministro Reinhold Stephanes.

O que não pode acontecer é colocar lenha na fogueira, como o mi-

Pôr lenha na fogueira, como fez o ministro do Meio Ambiente, é estimular a desavença entre irmãos, semear o ódio

finha quanto deve ser preservado de biomas nativos em cada região, em função da sua vocação natural e das variáveis socioeconômicas. Contesta, assim, com sólido fundamento técnico, a numerologia de 80% de preservação da Amazônia e 20% no sul do país, entre outros limites.

Por que não 90% ou 70% lá e 15% ou 30% aqui? Uma definição técnica não só eliminaria números aleatórios como estabeleceria um rumo para o crédito rural, com seguro de renda, a ser destinado a cada cultura de acordo com sua adequada localização.

Trata-se de uma proposta que

O agricultor é o maior interessado na preservação dos recursos naturais: se ele não conservar o seu solo, se não combater a erosão, se não adubar corretamente, se não cuidar da cobertura vegetal ciliar, ele acabará perdendo seu próprio patrimônio

nistro do Meio Ambiente fez ao fechar acordo sobre a Reserva Legal com as entidades representativas dos pequenos produtores, aos quais se obrigará menos que aos demais (que ainda ofendeu). Isso é estimular a desavença entre irmãos, é semear o ódio, quando tudo o que um membro do governo deve fazer é buscar a harmonia.



ESTIAGEM

FAEP pede ao governo mudanças nas regras de renegociação de dívidas

Seca atingiu praticamente todo o Paraná afetando drasticamente a produtividade dos grãos sem caracterizar pedido de situação de emergência na maioria dos municípios

Para socorrer os produtores que foram prejudicados pela estiagem, porém não estão nos municípios de situação de emergência, a FAEP solicitou no dia 10 ao governo federal (ministérios Agricultura, Fazenda e Desenvolvimento Agrário) e à bancada de deputados federais e senadores do Paraná, medidas emergenciais nas regras de acesso à renegociação.

É que apesar de toda a gravidade da seca que atingiu o Paraná, apenas sete municípios (Bom Jesus do Sul, Itaipulândia, Quinta do Sol, Renascença, São Jorge do Patrocínio, Santa Terezinha de Itaipu e São Pedro do Ivaí), pediram situação de emergência, podendo ser beneficiados com prazo adicional para o pagamento das operações de custeio e investimento, acesso à renegociação dessas dívidas e linha emergencial de crédito. Os sete municípios representam menos de 2% dos produtores paranaenses.

Foram três itens específicos definidos pelo Sistema FAEP como prioritários para atenuar os prejuízos causados pela seca. O primeiro é que os benefícios das resoluções Bacen 3.724/3.730 sejam estendidos às renegociações das dívidas de investimentos, custeios, FAT Giro Rural, das linhas com recursos controlados, do Proger e do Pronaf dos produtores cujas lavouras foram prejudicadas pela estiagem. O segundo é a alteração da regra de acesso à renegociação, incluindo no Paraná os municípios com índices de perdas de produtividade acima de 20%, em conformidade com as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Departamento de Economia Rural (Deral/Seab). E, o terceiro é de redução da taxa de juros dos contratos antigos vigentes de financiamentos do BNDES para 6,25% ao ano. Há ainda contratos feitos entre 2002 e 2008, que foram renegociados nos últimos anos com as taxas originais entre 8,75% a

12,75% e que oneram demasiadamente essas dívidas. “A seca atingiu praticamente todo o Paraná, mas em muitos municípios as perdas foram fortes em determinadas localidades e menores em outras, afetando drasticamente a produtividade dos grãos sem caracterizar a necessidade de pedido de situação de emergência”, avalia o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, exemplificando que há relatos de produtores na região dos Campos Gerais de perdas superiores a 50% no milho, mas o município não solicitou situação de emergência.

As perdas aos produtores paranaenses foram superiores a R\$ 4 bilhões devido a frustração de 6 milhões de toneladas. Segundo dados da SEAB/PR, a redução da safra paranaense foi de uma estimativa inicial de 32,2 milhões de toneladas para 26,2 milhões/toneladas, ou seja, 18,6% inferior ao inicialmente previsto e atingiu principalmente a produtividade da soja, do milho e do feijão.

FALTA DE CHUVAS

Paraná terá perda de 5,28 milhões de toneladas de grãos na safra 2008/09

O Paraná deverá colher 26 milhões de toneladas de grãos este ano, 18% inferior à primeira projeção feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no início do ano, que previa uma produção de 31,6 milhões de toneladas.

A produção foi prejudicada principalmente pela falta de chuvas, efeito climático que penalizou toda a agricultura da região Sul do País.

A Companhia Nacional do Abastecimento (Conab), que divulga pesquisa simultânea ao IBGE, prevê uma produção no Estado de 25,23 milhões de toneladas, volume 17,3% menor que a safra anterior (07/08) quando foram colhidas 30,51 milhões de toneladas. Com a queda na produção, o Paraná deixou de ser o primeiro produtor nacional de grãos, condição assumida pelo Estado do Mato Grosso.

A redução de safra no Paraná, que vinha se destacando como o maior produtor nacional de grãos, influenciou a queda na produção brasileira.

O levantamento de junho tanto do IBGE como da Conab ainda não levam em consideração as perdas provocadas pelas geadas da última semana, que só devem aparecer na pesquisa do próximo mês. No Paraná, também a segunda safra de grãos foi prejudicada pela estiagem que retornou com mais intensidade entre o final de março e início de maio. Neste período, os produtores plantam principalmente o feijão e milho da segunda safra.

Para as lavouras de inverno, que estão sendo plantadas, a expectativa fica para o plantio de trigo, que em condições normais de clima deverá ter boa produção. O IBGE projeta uma safra de 3,14 milhões de toneladas, volume 2,5% maior do que o ano passado quando foram colhi-

das 3 milhões de toneladas no Estado. A área plantada cresceu 7,6%, passando de 1,1 milhão de hectares no ano passado para 1,19 milhão de hectares este ano.

Apesar do clima, a produção de feijão é menor mas sua queda não foi tão acentuada. Segundo o IBGE, a produção total de feijão, considerando três safras plantadas no ano, cai 3,1% em 2009. Conforme a pesquisa de junho, deverão ser colhidas no Estado 747.455 toneladas de feijão, quando no ano passado foram colhidas 771.291 toneladas. A queda maior aconteceu na primeira safra quando o volume de produção caiu 12,4%. Na segunda safra, a produção foi beneficiada pelo retorno das chuvas e a produção deverá atingir 365.179 toneladas, volume 8,4% superior à segunda safra do ano passado que resultou em 336.787 toneladas.

Os efeitos da estiagem foram mais prejudiciais sobre as lavouras de milho. Considerando as duas safras plantadas no Estado, a previsão do IBGE é de queda de 22,7%. No ano passado a colheita das duas safras apresentou uma produção de 15,6 milhões de toneladas e este ano a projeção é de 12 milhões de toneladas. Houve queda de 34,8% no volume de produção da primeira safra e espera-se uma redução de 3% na segunda safra, somente com as perdas provocadas pela estiagem. Os técnicos da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento estimam que a produção da segunda safra de milho será ainda mais prejudicada com a geada.

Na produção de soja, consolida-se uma redução de 19,4% no volume de produção, que caiu de 11,8 milhões de toneladas na safra 07/08 para 9,57 milhões de toneladas na safra 08/09.

Técnicos da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento estimam que a produção da segunda safra de milho será ainda mais prejudicada com a geada

Queda brasileira será de 7%

A estiagem na região Sul e o excesso de chuvas no Nordeste devem levar o Brasil a colher na safra 2008/09 quase 10 milhões de toneladas de grãos a menos que no ciclo passado. O nono acompanhamento divulgado no dia 8 pela Conab mostra uma queda de 6,9% na colheita, saindo de 144,11 para 134,15 milhões de toneladas.

Responsável por 39,89% da produção nacional, o Sul é a área mais prejudicada pelo clima, com diminuição de 10,2% da produção, estimada agora em 53,52 milhões t. No Centro-Oeste a safra será de 48,04 milhões t (-4,8%), no Sudeste 16,77 milhões t (-3,8%), no Nordeste 11,95 milhões t (-4,9%) e na região Norte 3,87 milhões t (-4,3%).

A produção de feijão se mantém estável em 3,52 milhões t.

A cultura mais prejudicada pelo clima é o milho. A produção nacional do cereal deve cair de 58,65 para 49,88 milhões t, diminuição de 15%. Somente no Sul a safra do cereal será 6,13 milhões t menor que a anterior. Já no Nordeste as chuvas frustraram as previsões de índices recordes de produtividade para estados como o Ceará. Ainda assim, a colheita do grão crescerá 6,8% na região, totalizando 4,69 milhões t.

As lavouras de soja também serão reduzidas em 4,8%, passando de 60,02 para 57,14 milhões de t. O estado que mais sofreu com a queda foi o Paraná, que concluiu a colheita em 9,51 milhões de t (-20,1%).

OIE

FAEP participa de debate sobre aftosa, no Paraguai

Representantes da FAEP participam, no próximo dia 25, da Conferência Mundial sobre Febre Aftosa, em Assunção no Paraguai.

A expectativa é de que a apresentação de um panorama mundial e a troca de informações sobre as ações em andamento nos demais países possam contribuir para enriquecer o debate brasileiro. Além de se erradicar a doença num prazo de cinco anos, espera-se subsídios sobre como tratar o assunto de forma preventiva, o que exigirá esforços conjuntos entre estados e países.

As recomendações da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), organizadora do evento, deverão ser no sentido de sinalizar para que os delegados dos 174 países membros da instituição mobilizem seus governos e a comunidade veterinária internacional no compromisso comum de eliminação da doença.



PITANGA

Curso Específico em Olericultura Geral para JAA



O Sindicato Rural de Pitanga em parceria com o SENAR ministra aulas sobre Olericultura Geral. O curso teve início no mês de abril e se estenderá até o dia 17 de junho.

Ao todo são 23 jovens alunos da Escola Estadual do Rio do Meio, que aprendem através de aulas teóricas e práticas a importância de utilizar este meio de plantio. A intenção é mostrar aos jovens aprendizes que por meio de produção da Olericultura se pode obter alimentos saudáveis com menor impacto ambiental.

PREVIDÊNCIA**João Cândido de Oliveira Neto**

Consultor de Previdência Social da FAEP

Perguntas e respostas

O Ministério da Previdência Social está atuando na definição de políticas e ações para reduzir os índices de acidentes e doenças do trabalho. Estas ações inicialmente dirigidas ao sistema produtivo urbano também alcançam o rural no que diz respeito ao **Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, Nexo Técnico Epidemiológico e o Fator Acidentário de Prevenção – FAP**, este inicialmente aplicado para as empresas urbanas identificadas pelo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica –CNPJ.

Portanto, vamos aqui abordar estes temas, na forma de perguntas e respostas, com o objetivo de levar esclarecimentos ao produtor rural que desenvolve suas atividades com o auxílio de empregados:

1 – Como ocorre a aplicação no meio rural do Perfil Profissiográfico Previdenciário –PPP.

R. – Este documento técnico-administrativo é imposto às empresas, inclusive para o empregador rural. Será exigido do trabalhador, principalmente para efeito de benefícios (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e especial).

É um formulário histórico-laboral escrito (ou virtual), que deve retratar as condições ambientais de trabalho, narrando as condições em que é exercido; se exposto ou não a agentes nocivos a saúde. É baseado em registros administrativos organizados pelo empregador e envolvendo as áreas de higiene, medicina e segurança do trabalho, colhidos principalmente no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT e outros como o Programa de prevenção de Riscos Ambientais –PPRA, Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional –PCMSO. Assim, para cada empregado admitido deve ser aberto um documento (PPP), de acordo com as informações contidas principalmente no Laudo Técnico.

2 – O que o empregador rural deve fazer para atender estas obrigações.

R. - Procurar o Sindicato Rural do sistema CNA que estará apto a informar e providenciar o necessário.

3 – O que poderá acontecer com o empregador rural que não atender as estas obrigações.

R. - Será responsabilizado, uma vez que sem este documento o empregado não será atendido pelo INSS quando da ocorrência de doença ou acidente de trabalho. Também pela Justiça do Trabalho considerando a NR 31 que estabelece as regras de segurança do trabalho rural que o empregador rural está obrigado a cumprir.

4 – O que é Nexo Técnico Epidemiológico.

R. - É uma metodologia que tem o objetivo de identificar quais doenças e acidentes estão relacionados com a prática de uma determinada atividade profissional pelo INSS. Com o Nexo Técnico, quando o trabalhador adquirir uma enfermidade inteiramente relacionada à atividade, neste caso, rural, fica qualificado o acidente do trabalho. Nos casos em que houver relação estatística entre a doença ou lesão e o setor de atividade econômica do trabalhador, o Nexo Epidemiológico determinará automaticamente que se trata de benefício acidentário e não de benefício previdenciário normal.

5 – Neste caso a Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT deixou de existir.

R. – Não, a CAT continua existindo e pode ser emitida. Entretanto, mesmo sem ela a Perícia do INSS poderá se pronunciar reconhecendo o acidente de trabalho. Agora é o empregador que terá que provar, se for o caso, que as doenças e os acidentes de trabalho não foram causados pela atividade desenvolvida pelo trabalhador. Ou seja, o ônus da prova passa a ser do empregador, e não mais do empregado. Até a entrada em vigor do Nexo Epidemiológico, ao ocorrer um acidente ou doença, o INSS ou o trabalhador eram os responsáveis por comprovar que os danos haviam sido causados pela atividade então desempenhada. Portanto a existência do Perfil Profissiográfico é imprescindível.

6 – Então o Nexo Epidemiológico pressupõe, como ocupacional, o benefício solicitado pelo empregado-segurado do INSS.

R. – Entendemos que sim, uma vez que o laudo pericial apresenta um código da doença (CID) que tenha relação com o Código Nacional da Atividade Econômica –CNAE da empresa empregadora do trabalhador rural requerente do benefício.

7 – O empregador rural poderá contestar a decisão que considerou doença ocupacional ou acidente de trabalho.

R. – Sim. Cientificado pelo INSS de que o empregado deve ser afastado do trabalho, e tendo interesse em recorrer por se julgar prejudicado com esta decisão, uma vez que entenda que a doença ou lesão não foram ocasionadas pela atividade. Para isto, deverá estar rigorosamente cumprindo com as obrigações relacionadas com a segurança e saúde de seus empregados, conforme acima demonstramos. Para isso terá que estar organizado com a documentação referida na primeira resposta acima.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

SENAR-PR inicia capacitação de agentes da Pastoral da Criança



Derivados do leite, é um dos cursos oferecidos na área de produção artesanal de alimentos

O SENAR-PR está desenvolvendo as estratégias de capacitação dos agentes locais da Pastoral da Criança para execução, a partir deste mês, dos cursos nas áreas de formação rural, com destaque para a produção orgânica e promoção social com ênfase em nutrição.

Na agricultura orgânica os módulos são de Noções básicas sobre agricultura orgânica e Olericultura orgânica; já a transformação de alimentos terá principalmente módulos de Culinária básica, Panificação, Soja, Mandioca, Milho, entre outros.

As vagas são direcionadas ao público atendido pela Pastoral e serão disponibilizadas de acordo com o interesse da comunidade. O projeto que é piloto no Paraná deve ser estendido aos demais estados brasileiros, resultado da parceria entre o Sistema FAEP e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). “A preocupação das duas instituições é a mesma: levar qualificação com melhor produção, alimentação mais saudável e melhor qualidade de vida ao produtor”, explica o gerente de planejamento do SENAR-PR, Henrique Salles Gonçalves.

O termo de cooperação foi assinado no dia 4 de junho em Brasília pela presidente da CNA e do Conselho Deliberativo do SENAR, senadora Kátia Abreu, e a coordenadora da Pastoral da Criança Internacional, Zilda Arns, para atuarem de forma conjunta na realização de cursos de capacitação em segurança alimentar e nutricional.

Para Zilda Arns, a iniciativa vai estimular as comunidades rurais paranaenses a adotarem hábitos alimentares mais saudáveis. “Vamos incentivar as famílias a plantarem hortas em suas casas, com todos os cuidados necessários. E não vamos apenas implantar, mas treinar as pessoas e acompanhar o andamento de todas as ações”, destacou.

DE OLHO NA QUALIDADE

Siqueira Campos investe na capacitação dos produtores



O Sindicato Rural de Siqueira Campos em parceria com o SENAR-PR desenvolve, no meses de maio e junho, com produtores do setor de avicultura as etapas do programa De Olho na Qualidade Rural. O programa tem o objetivo de organizar a propriedade e capacitar o produtor rural, para que

ele consiga melhores resultados.

“O programa transforma a realidade da propriedade, o agricultor consegue atingir ótimos resultados tomando algumas simples atitudes”, disse Vidal Ferreira de Campos, instrutor do SENAR-PR. O sindicato oferece cursos para qualificar a mão-de-obra e a qualidade da produção.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Produtores rurais de Jacarezinho são capacitados em bovinocultura de leite

O Sindicato Rural de Jacarezinho promoveu, dentro do que foi determinado pelo Planejamento Estratégico do Mobilizador, três cursos destinados a produtores de leite, sendo um de manejo de bovino de leite, um de avaliação da conformação ideal de vacas leiteiras e um seminário sobre a Instrução Nor-

mativa 51 (IN51), que trata da política de qualidade na produção de leite.

Antônio Elias Filho (Tonicão), proprietário de um plantel de 22 matrizes, sendo 13 em lactação, que vem produzindo 120l/dia, achou que os cursos vieram em boa hora, que contribuíram muito para aumentar seus conhecimentos com o trato dos animais e agregam sempre coisas positivas.

Ele disse que pretende participar de curso sobre casqueamento, e de inseminação artificial. Também esteve presente Cid Cesar Abib, diretor da Agrojac (Associação dos Agropecuaristas de Jacarezinho), que participou da elaboração do Planejamento Estratégico do Mobilizador no sindicato, e ficou surpreso com a rápida implementação das diretrizes do planejamento e com a qualidade dos cursos, fato importante para o município, pois acha que a atividade de leite deverá em pouco tempo ser a 2ª exploração local.

O instrutor Claudio Manoel Livramento, do SENAR-PR, considera que estes eventos foram importantes para melhorar o nível de conhecimento dos agropecuaristas, aumentando a produtividade, viabilizando desta forma a atividade. Ele achou muito conveniente a sequência de cursos, pois desta forma foram abrangidos todos os elos da cadeia.



Antônio Elias Filho (Tonicão)



Cid Cesar Abib

SÃO JOÃO

Sindicato realiza palestra para trabalhadoras rurais

O sindicato rural de São João realizou uma palestra sobre a participação das mulheres no agronegócio.

A palestrante foi Jovelina Xaves da Silva, que falou sobre o papel da mulher no meio rural. A presidente da Comissão de Mulheres do sindicato, Sirlei Garmus disse que o evento foi de grande importância para o sindicato e principalmente para as mulheres do meio rural.



ESPECIALIZAÇÃO

Trabalhadores de Altônia fazem curso de tratorista



O Sindicato Rural de Altônia, SENAR-PR, Prefeitura de Altônia e Secretaria da Agricultura promoveram o curso de tratorista para trabalhadores da região.

O curso foi realizado durante os

dias 25, 26, 27, 28 e 29 de maio e foi ministrado pelo instrutor do SENAR-PR Darlan Cavalaro.

Ao todo foram 13 participantes que trabalharam conteúdos sobre manutenção e operação de tratores.

TERMINA O PRAZO

Produtor tem até o dia 30 para renegociar a Dívida Ativa da União

Os contratos inscritos na Dívida Ativa da União poderão ser liquidados à vista com descontos que variam entre 38% a 70%. A renegociação deverá ser feita até o dia 30 de junho. O produtor também poderá parcelar a dívida em até 10 anos. O valor da parcela será acrescido de taxa pós-fixada, a Selic (em torno de 10% ao ano em 2009) e contará com um desconto para pagamento em

dia (bônus de adimplência) que varia entre 33% a 65%.

O pedido tem de ser formulado junto à central de atendimento do Banco do Brasil pelos telefones 4003-0494 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800-880-0494 (demais localidades), sendo que vale para os débitos originários de operações de créditos rurais inscritos até 29 de maio deste ano em Dívida Ativa da União.

PATO BRANCO

Desenvolvimento Sindical Fase II

A FAEP realizou em Pato Branco nesta segunda-feira (08) o segundo encontro do treinamento do Programa de Desenvolvimento Sindical Fase II. Esta fase do curso trata de desenvolver a capacidade dos dirigentes em negociar, mobilizar, formar parcerias estratégicas. Enfocando a questão do poder e participação política e repassar conceitos e práticas sobre política fiscal, agrícola, monetária e cambial.

POSSE

Sindicatos têm nova diretoria

Ampere - O Sindicato Rural de Ampere tem novo presidente. Dia 26 de maio Ilor Carniel tomou posse da presidência do sindicato rural para o próximo triênio 2009/2012. Adi Rodrigues da Silva assume a vice-presidência do sindicato.

São José da Boa Vista - No último dia 05 de junho Jasson Geraldo da Silva tomou posse da presidência do sindicato rural de São José da Boa Vista, para o triênio 2009/2012. Como vice-presidente assumiu Vitorino Custódio da Silva.

PARCERIA

Curso de atualização do GFIP

No dia 8, 9 e 10 de junho, a FAEP em parceria com a Receita Federal do Brasil realizou o curso GFIP. O encontro ministrado pela auditora fiscal da Delegacia de Londrina, Nilza Sturion teve como objetivo orientar os funcionários rurais a realizarem corretamente a declaração e o recolhimento do FGTS e INSS.

O curso teve duração de 12 horas, ao total 28 representantes de sindicatos rurais compareceram ao encontro, que também mostrou ao contribuinte como as operações podem ser realizadas pela internet. Mais informações no site:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/previdencia/gfip/orientacoes.htm>

JURÍDICO

Marcia Rodacoski

Marcia Rodacoski é advogada e consultora da Federação da Agricultura do Paraná.

marcia_rodacoski@uol.com.br

A importância das convenções coletivas de trabalho

Recentes decisões do Tribunal Regional do Trabalho de 1ª Região mostram a importância da celebração de convenção coletiva de trabalho como instrumento de prevenção de litígios. Trata-se de ordenamento constitucional – artigo 7º, inciso XXVI, consagrando o princípio da autonomia privada da vontade coletiva, desde que a pactuação não ofenda norma de ordem pública ou de proteção mínima ao empregado. Com base nessa premissa, assim definiu a Corte Regional: “CÂMARAS DE AÇÃO - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. Estabelece o Acordo Coletivo de Trabalho, que “O empregado, associado ou não ao Sindicato, somente poderá ingressar no judiciário para pleitear eventuais direitos, após submetê-los à negociação perante a Comissão de Conciliação Prévia, e desde que resultem infrutíferas as conciliações, devidamente comprovada através de documento hábil emitido pela Comissão”. As convenções e acordos coletivos são instrumentos hábeis a fixar as condições pelas quais irão reger-se as relações de trabalho entre empregados e empregadores. Sendo validamente configurados, suas cláusulas integram os contratos individuais de trabalho, sendo lei entre as partes que alcançam. Diante do exposto, e nos termos do que dispõe o artigo 7º, XXVI da CF e o próprio artigo 444 da CLT, merece reforma a r. sentença para extinguir o feito sem julgamento de mérito, haja vista a ausência de submissão da demanda à Comissão de Conciliação Prévia.” (TRT-PR-01351-2008-325-09-00-5).

Em outra decisão, a Corte reconhece a validade da transação celebrada perante a Comissão de Conciliação, instituída em Convenção Coletiva: “ACORDO - CÂMARA DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA - VALIDADE. Na hipótese, as partes firmaram acordo perante a Câmara de Conciliação Trabalhista nos termos do art. 625-E, da CLT, ou seja,

com eficácia liberatória geral, não constando no termo de transação qualquer ressalva quanto a verbas eventualmente devidas. O termo de transação extrajudicial, firmado por empregador e trabalhador, estando o obreiro ciente do completo teor e consequências do acordo, deve ser reputado como válido e eficaz. O Judiciário Trabalhista deve respeitar a declaração de vontade emitida pelas partes, não lhe sendo lícito interferir nesse pacto, ainda mais quando não comprovado qualquer vício de consentimento. Sentença que se reforma para reconhecer a eficácia liberatória do acordo entabulado entre as partes perante a Comissão de Conciliação Prévia, julgando improcedentes os pedidos relativos ao contrato vigente no período de 1º/09/1999 a 15/06/2004 (art. 269, III do CPC).” (TRT-PR-02895-2007-005-09-00-4).

O conhecido “princípio do congelamento”, por sua vez, permite a interpretação das convenções mediante redução de determinado direito desde que haja compensação com outra vantagem similar. Esse o fundamento adotado pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho: “HORAS IN ITINERE. ACORDO COLETIVO QUE ESTABELECE O PAGAMENTO DE UMA HORA DIÁRIA - ART. 7º, INCISO XXVI, DA CARTA MAGNA. Esta Corte tem entendido ser válida norma coletiva que estabelece horas in itinere, independentemente do tempo gasto no percurso. Esse posicionamento procura estimular a composição de conflitos pelas próprias partes, sem a intervenção estatal, garantindo-se o reconhecimento das convenções e acordos coletivos, na forma preceituada no artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal.” (RR - 2350/2005-562-09-00.1).

Todas as decisões referidas, de recente publicação, concluem pela integração ao contrato de trabalho das estipulações contidas em convenção coletiva, as quais passam a fazer lei entre as partes, funcionando como norma hábil a prevenir litígios.



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARANÁ

Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar

Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

Fone: 41 2169-7988 Fax: 41 3323-2124

email: faep@faep.com.br - site: www.faep.com.br

Presidente:

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto

Guerino Guandalini

Nelson Teodoro de Oliveira

Francisco Carlos do Nascimento

Ivo Polo

Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin

Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia

Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santaroza

Luiz de Oliveira Netto

Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,

Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná

Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar

Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

Fone: 41 2106-0401 - Fax: 41 3323-1779

e-mail: senarpr@senarpr.org.br

site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente

Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos

Ademir Mueller - FETAEP

Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC

Darci Piana - FECOMÉRCIO

Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal - Membros Efetivos

Sebastião Olímpio Santaroza

Luiz de Oliveira Netto

Jairo Correa de Almeida

Superintendência

Ronei Volpi

BOLETIM Informativo

Jornalista responsável:

Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)

Marcos Tosi (redator)

Cynthia Calderon (redatora)

imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas
Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ

RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - TRT-PR-00828-2007-661-09-00-2 (RCCS)

RECORRENTES: CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP e SINDICATO RURAL DE MARIALVA

RECORRIDO: J. C.

RELATOR: MARCO ANTÔNIO VIANNA MANSUR

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**, provenientes da **MM. 03ª VARA DO TRABALHO DE MARINGÁ - PR**, tendo como partes Recorrentes **CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP e SINDICATO RURAL DE MARIALVA** e parte Recorrida **J. C.**

I. RELATÓRIO

Inconformadas com a sentença de Primeiro Grau (fls. 304/316), proferida pelo Juiz José Vinicius de Sousa Rocha, que julgou parcialmente procedentes os pedidos, recorrem as partes autoras a este Tribunal.

As partes autoras Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, Sindicato Rural de Marialva e Federação da Agricultura do Estado do Paraná - Faep, por meio do recurso em cobrança de contribuição sindical de fls. 569/585 postulam a reforma da r. sentença quanto à multa do artigo 600 da CLT.

Contra-razões apresentadas pela parte ré às fls. 595/609.

Não verificada nenhuma das hipóteses do artigo 44 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho não houve remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho.

II. FUNDAMENTAÇÃO

1. ADMISSIBILIDADE

Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, **CONHEÇO** do recurso em cobrança de contribuição sindical interposto, assim como das respectivas contra-razões.

2. MÉRITO

MULTA DO ARTIGO 600 DA CLT

O Juízo de origem condenou o réu ao pagamento das contribuições sindicais rurais pleiteadas, relativas aos exercícios de 2004 e 2005, mas entendeu não ser possível a aplicação do art. 600 da CLT porque este dispositivo só incidiria em caso de pagamento espontâneo.

As autoras se insurgem sustentando que o entendimento exposto em sentença configura estímulo ao inadimplemento da obrigação legal de recolhimento, e que seria ilógico penalizar o devedor que espontaneamente efetua o pagamento da contribuição sindical a destempo, em detrimento daquele que aguardou a sua execução. Pedem a reforma a fim de que sobre o valor devido incidam as penalidades previstas no art. 600 da CLT.

Com razão.

O legislador, ao mencionar no artigo 600 da CLT o pagamento espontâneo pelo devedor, teve a intenção de reafirmar a incidência desta penalidade mesmo nesse caso, ainda que se admita isenção de outras penalidades ao infrator.

Não tem qualquer lógica a interpretação no sentido de que o devedor que aguarda a execução é premiado com a isenção de pagamento da multa de mora, em detrimento daquele que paga espontaneamente.

Ressalto, ainda, que não há que se falar em revogação do art. 600 da CLT.

Adoto, como razões de decidir, o exposto no seguinte julgado:

TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL - ART. 600 DA CLT - VIGÊNCIA - 1. Cuida-se de ação de cobrança objetivando o recebimento de contribuição sindical rural. Em sede de apelação, o tribunal de origem reconheceu cabível a exação, afastando-se, contudo, a aplicação do art. 600 da CLT, por entender revogado pelo disposto no artigo 59 da Lei n.º 8.383/91. Nesta via recursal, além de divergência jurisprudencial, sustentam os recorrentes que o artigo 600 da CLT não foi expressamente revogado pelo disposto no artigo 59 da Lei n.º 8.383/91. 2. A contribuição sindical rural obrigatória continua a ser exigida por determinação legal, em conformidade com o artigo 600 da CLT. 3. Disciplina, expressamente, a Lei n.º 8.383/91, sobre as atualizações de tributos administrados e devidos à Receita Federal e, em seu artigo 98, dispõe sobre os dispositivos legais que por ela foram revogados, não incluindo, contudo, o art. 600 da consolidação das Leis do Trabalho. 4. Na espécie, aplica-se o § 2º do art. 2º da LICC: "Lei nova, que estabelece disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a Lei anterior". 5. São devidos os encargos pelo atraso no recolhimento da contribuição sindical rural nos termos do art. 600 da CLT. 6. Recurso Especial provido. (STJ - RESP 200400822932 - (678533 PR) - 1ª T. - Rel. p/o Ac. Min. José Delgado - DJU 19.12.2005 - p. 00229)

Neste sentido, inclusive, já decidiu esta C. Turma, no julgamento do RCCS 79002-2005-071-09-00-2, em que atuou como Relatora a MMA. Desembargadora Fátima T. L. Ledra Machado.

Vale ressaltar, apenas, que o valor da multa não poderá ultrapassar o do principal, por aplicação analógica do art. 412 do Código Civil e em respeito à OJ 54 da SBDI-1 do C.TST.

Do exposto, dou provimento ao recurso para acrescer à condenação o pagamento da multa prevista no art. 600 da CLT, observado, quanto a esta, a limitação ao valor da obrigação principal.

III. CONCLUSÃO

Pelo que,

ACORDAM os Juízes da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, **CONHECER DO RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DAS PARTES**, assim como das respectivas contra-razões; no mérito, por igual votação, **DAR PROVIMENTO AO RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DOS AUTORES** para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação o pagamento da multa prevista no art. 600 da CLT, observado, quanto a esta, a limitação ao valor da obrigação principal.

Custas inalteradas.

Intimem-se.

Curitiba, 15 de abril de 2009.

MARCO ANTÔNIO VIANNA MANSUR
JUIZ RELATOR

Deu na imprensa



Irregularidades do MST

Tanto o governo quanto a classe política em geral estão cansados de saber - e ninguém parece estranhar - que o Movimento dos Sem-Terra (MST) se utiliza de cooperativas e entidades com existência legal para receber repasses de verbas governamentais, porque nunca desejou constituir-se oficialmente, regularizar-se, pois isso implicaria ter que submeter-se a fiscalizações - da Receita Federal, dos Tribunais de Contas e de outros órgãos de controle do uso do dinheiro público. Trata-se, no fundo, de uma autêntica - e conhecida - burla. Mas o que muitos ainda não sabiam era da burla praticada por essas entidades "legalizadas" a serviço do MST, das irregularidades por elas cometidas com a indispensável convivência dos agentes do poder público. É a burla sobre burla. (O Estado de São Paulo)

Os donos do petróleo

"Diante de tantas evidências de irregularidades no comando da Petrobras, não tenho mais dúvida de que: 1 - A Petrobras já foi privatizada, e seu "controle acionário" está com o PT e seus aliados; 2 - O petróleo não é nosso, e sim dos amigos do presidente e do PT; 3 - O grande interesse de esconder as investigações me faz concluir que será mais fácil encontrar a caixa-preta do avião da Air France no fundo do mar do que abrir a caixa-preta da Petrobras."

CARLOS ALBERTO M. F. SANTOS - Belo Horizonte, MG - na Folha de São Paulo

O nosso PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) da indústria caiu 3,1% nos primeiros três meses deste ano em comparação com o último trimestre de 2008, de acordo com a pesquisa do PIB que está sendo divulgada pelo IBGE. Na mesma comparação, levando em conta o ajuste sazonal, a agropecuária recuou 0,5% e o setor de serviços, o de maior peso no PIB, foi o único com variação positiva, de 0,8%.

No primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2008, o PIB da indústria despencou -9,3%; a agropecuária caiu 1,6%, mas o setor de serviços cresceu 1,7%. O valor adicionado pelos três setores teve redução de 1,5% em relação ao mesmo trimestre de 2008 e os impostos sobre produtos tiveram retração de 3,3%. (Agência Estado)

Os milhões de Kaká

Kaká deixa o Milan após seis anos para defender o Real Madri. O valor da negociação não foi revelado, mas ficou em 65 milhões de euros (cerca de R\$ 177,5 milhões pela cotação desta segunda). Kaká receberá um salário de cerca de 9 milhões de euros livre (R\$ 24,5 milhões) por temporada. (Agência France Press)

Curitiba verde

Se somadas as florestas públicas e particulares de Curitiba, as áreas verdes da cidade têm 1,16 bilhão de tonelada de carbono estocado em seus galhos, troncos, folhas e raízes, o que representa 4,25 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) a menos no ar. O dióxido de carbono é um dos principais gases responsáveis pelo aquecimento global, e é retirado do ar pelas plantas, principalmente pelas árvores. (G1.globo.com)

Viver em SP e Rio?

São Paulo e Rio de Janeiro estão empatadas na 92ª posição de um ranking das melhores cidades do mundo para se viver, elaborado pela Economist Intelligence Unit (EIU), o braço de pesquisas da revista Economist. O ranking da EIU, que analisou 140 cidades, indica Vancouver, no Canadá, como a melhor cidade do mundo para se morar, seguida de perto por Viena, na Áustria, e Melbourne, na Austrália.

A cidade com a pior qualidade de vida, segundo o levantamento, é Harare, no Zimbábue, seguida por Daca, em Bangladesh, e Argel, na Argélia.

Entre as cidades latino-americanas, Buenos Aires (61º lugar), Santiago (64º) e Montevidéu (66º) são as mais bem colocadas.

(Site BBC Brasil)

Cena brasileira

O Brasil tem 38,58 milhões de crianças e adolescentes fora da escola, segundo relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (Unicef) divulgado ontem em São Paulo e Brasília. O número de crianças e jovens sem acesso à escola é maior nas modalidades de ensino onde a matrícula não é obrigatória por lei: na educação infantil (que normalmente ocorre até os 6 anos de idade) e no ensino médio (dos 15 aos 17 anos). No Paraná, são cerca de 577 mil crianças e adolescentes fora da escola. (Gazeta do Povo)

CEF baixa juros

A Caixa Econômica Federal anunciou que a partir do dia 15 deste mês 18 linhas de crédito comercial terão redução nos juros. É a sexta redução neste ano, mas desta vez o banco antecipou a possível baixa da Selic pelo BC. A taxa do penhor caiu de 2,10% para 2,08% ao mês. Para o financiamento de veículos a taxa será a partir de 1,19% ao mês. A taxa mínima do cheque especial passou de 1,27% para 1,20% ao mês.

(Folha de São Paulo)

Um Bi em propaganda

Com R\$ 1 bilhão anuais, o governo é o maior anunciante do País, disse o secretário executivo da Secretaria da Comunicação de Governo (Secom), Ottoni Fernandes Jr, na conferência da Câmara sobre liberdade de imprensa. A partilha é assim: R\$ 700 milhões para campanhas de mercado, com forte participação da Petrobras, Banco do Brasil e Caixa, R\$ 200 milhões para utilidade pública e R\$ 105 milhões para campanhas institucionais.

(Agência Estado)

Perdendo o emprego

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) aprovou por unanimidade uma resolução que determina a remoção dos titulares de cartórios civis do País, que não passaram por concursos públicos para o preenchimento dos cargos. A estimativa do CNJ é que mais de cinco mil tabeliães e oficiais registradores percam seus postos. (Das Agências)



Fale conosco

Se você tem eventuais dúvidas sobre questões previdenciárias ou técnicas poderá, além do site (www.faep.com.br), acessar o endereço eletrônico previdencia@faep ou os emails pessoais (abaixo de cada resposta), telefonar (41 2169 7988) ou enviar correspondência: (R. Mal. Deodoro, 450 – 14° and – CEP 80010-010 – A/C da Comunicação Social

Financiamento/ovinocaprinocultura

1 - Sou produtor e quero aproveitar uma área para ovinocaprinocultura. Existe linha de financiamento para essa atividade?

R. Sim. A ovinocaprinocultura já conta com uma linha no Moderagro, programa de investimentos do BNDES. Ela prevê a construção e modernização de benfeitorias, equipamentos, tratamento de dejetos e outros necessários ao suprimento de água e alimentação, relacionados às atividades de ovinocaprinocultura e, se necessário, projeto de adequação sanitária e ambiental relacionado à atividade. O programa financia a aquisição de matrizes e de reprodutores ovinos e caprinos. O limite de crédito é de até R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por beneficiário e os encargos financeiros tem atualmente taxa efetiva de juros de 6,75% a.a (seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano) com prazo de reembolso de até 8 (oito) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência. As amortizações são semestrais ou anuais, de acordo com o fluxo de receitas da propriedade ou do empreendimento financiado. Minha dica é que o produtor aguarde o final de junho para procurar os bancos, pois há expectativa de mudanças nas condições de financiamento.

(Pedro Loyola é Coordenador do DTE/FAEP
(pedro.loyola@faep.com.br)

Prá que importar?

2 - Li neste Boletim que em janeiro de 2009 o Brasil importou 14 mil toneladas de leite em pó da Argentina. Sou produtor e não acredito que o Brasil precise importar tanto leite. Não dizem que recebemos pouco pelo litro de leite porque produzimos mais do que consumimos?

R.. O senhor tem razão: as importações

que ocorreram foram muito mais para aproveitar uma oportunidade de mercado (preços baixos do leite em pó) do que uma necessidade.

No mês de maio a importação de leite em pó da Argentina caiu para 2,3 mil toneladas, reflexo de ações das Federações de Agricultura (FAEP) e CNA que denunciaram o fato e o Ministério da Agricultura tomou as medidas cabíveis para evitar qualquer movimento desleal nas importações.

(Maria Silvia Digiovani é engenheira-agrônoma do DTE/FAEP

silvia.digiovani@faep.com.br)

Cadastro da copel

3 - Depois da polêmica do ano passado, como ficou a necessidade do cadastramento do produtor rural na Copel?

R.. A FAEP gestionou junto ao Governo do Estado na tentativa de cancelar esse cadastramento, sugerindo que fossem utilizados os dados constantes do CadPro – Cadastro do Produtor Rural e os dados de cadastro de produtor rural existentes na Copel. Entretanto, essa pro-

posta foi descartada pela empresa, alegando que essa alternativa não atenderia às exigências que lhe foram atribuídas pela ANEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Assim, a FAEP recomenda que os produtores rurais que ainda não fizeram seu cadastro, procurem o atendimento da Copel em seu município, ou as agências do correio para efetivar o seu cadastramento.

3.1) - O produtor rural pode ser penalizado se não fizer o cadastramento da Copel?

R. Aqueles produtores que não fizereem o recadastramento terão um acréscimo na fatura de energia elétrica em torno de 29%, pois haverá perda do diferimento do ICMS correspondente.

3.2) Quais os documentos necessários para fazer o cadastramento de produtor rural na Copel?

R. Apresentar o seu CadPro, escritura da propriedade ou contrato de arrendamento, parceria, etc, a carta enviada pela Copel ou uma fatura da conta de luz e os documentos pessoais (carteira de identidade e cpf).

(Nilson H. Camargo é engenheiro agrônomo e economista do DTE/FAEP-
nilson.camargo@faep.com.br)

Obrigações trabalhistas

4 - É obrigatório o registro do trabalhador rural?

R. A contratação de qualquer trabalhador deverá ser formalizado através de contrato de trabalho, que é obrigatório, e ocorre através do registro na CTPS do trabalhador e no Livro ou fichas de Registro de Empregados do produtor rural. A CTPS serve como documento ne-

cessário à garantia de direitos dos trabalhadores, no âmbito previdenciário como concessão de aposentadoria, auxílio-doença, acidente de trabalho e outros. O registro da CTPS é também uma garantia para o empregador, pois quando o funcionário sofre algum acidente de trabalho quem paga seu salário, enquanto ele não puder trabalhar, é a previdência social.

5 - Menores de 18 anos podem trabalhar?

R. Os adolescentes, na faixa etária entre 16 e 18 anos, podem trabalhar, mas com restrições: o trabalho não pode ser noturno, perigoso, insalubre, penoso, realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, nem realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola. O Art. 7º, XXXIII da CF descreve: é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos. (Eleutério Czornei é coordenador do Departamento Sindical da FAEP - eleuterio.czornei@faep.com.br)

Dica da semana



Até o final de junho será anunciado o Plano Agrícola e Pecuário 2009/10. Este mês coincide com o período em que o produtor busca recursos no sistema bancário para investimentos e custeio. A dica: aguarde o Plano antes de mergulhar em negociações bancárias, porque é possível o Plano trazer melhores condições de juros e prazos de pagamentos.

(Pedro Loyola é Coordenador do DTE/FAEP
(pedro.loyola@faep.com.br)

SOJA

Entra em vigor o Vazio Sanitário

A erradicação da ferrugem asiática depende de cada produtor fazer a sua parte



A partir desta segunda-feira (15) todos os produtores de soja não devem ter nenhuma planta viva de soja em suas propriedades.

Para acabar com a ferrugem asiática das plantações de soja é fundamental a participação de todos os produtores. E o produ-

tor que não eliminou todas as plantas vivas de sua propriedade poderá ser autuado.

A Divisão de Defesa Sanitária Vegetal é responsável por fazer a fiscalização das plantações de soja. “A autuação de produtores que não cumprem com o vazio sanitário acontece quando um

fiscal que está fazendo seu trabalho de rotina e encontra uma propriedade com planta viva de soja e em caso de denúncia que os próprios agricultores fazem”, disse Maria Celeste Marcondes, engenheira agrônoma da Secretaria da Agricultura.

É bom lembrar que além de evitar penalidades, a adesão do vazio sanitário serve para garantir as próximas safras. Por exemplo, se um produtor não cumprir o que diz a lei (11.200/95) pode condenar a sua próxima safra e a dos seus vizinhos também.

O fungo causador da ferrugem asiática pode ser levado pelo vento para propriedades vizinhas.

Penalidades

O produtor deve saber que a adesão ao vazio sanitário não é facultativa, e é de suma importância para o plantio de soja no país. Em caso de não cumprimento, o agricultor receberá penalidades que vão de multas, interdição da propriedade e restrições ao crédito rural.

CARNES NOBRES

A vez do coelho no festival de carne nobre

Acontece no Mercado Municipal de Curitiba o Festival de Carnes Nobres. De quinta (11) a domingo (14) o público pode degustar pratos feitos com carne de coelho e também pode participar de um curso de cortes em carne de coelho, realizado pela cooperativa de criadores de coelho Coelho Brasil.

“O consumidor de carne nobre é mais exigente, o festival vem para divulgar este tipo de produto. E é uma oportunidade para as pessoas conhecerem a carne de coelho”, disse Mari Costa Araújo, consultora comercial da Coelho Brasil.

Para as próximas semanas estão agendados exposição de carnes nobres de avestruz, bovinos, caprinos e ovinos.



SENAR

De bóia-fria à empreendedora

As mãos de Leoni Martins Mandarinino começaram a ser calejadas aos seis anos de idade, quando, junto aos pais bóias-frias, madrugava para carpir ruas de plantações de milho, em Mamborê, noroeste paranaense.

Foi bóia-fria por alguns anos, mas sua habilidade na limpeza dos milharais levaram ao seu patrão, o “alemão” Nelson Gross a contratá-la por empreitada. Assim, começou a economizar e com a irmã Ruth comprou uma pequena propriedade também em Mamborê, segundo ela, “metade morro, metade pedra”, mas o velho sonho cultivado desde criança de ter algo se concretizou.

O casamento com Ecemir teve o legado de terras melhores, em Maringá.

O sogro distribuiu a cada um dos quatro filhos áreas iguais de quatro alqueires, mas hoje só restou a de Ecemir e Leoni. Os outros se desfizeram da terra e se arrependeram.

Com os três filhos (um com deficiência mental), uma nora (Cíntia) e a neta Ana Clara, e sob a interpretação de textos da bíblia, seu único passatempo, Leoni e o marido transformaram a família numa sociedade consensual para o que der e vier na pequena mas rentável propriedade.

“Enquanto fui filiada ao sindicato dos trabalhadores não tive apoio, mas quando fui pro Sindicato Rural tive as bênçãos do SENAR-PR”, diz ela, que cuida da contabilidade dos ativos e passivos do Lote 77^a, no finzinho do mapa de Maringá, com 20% de reserva legal.

Foi a primeira mulher com certificado de moto-serrista do SENAR-PR, aprendeu a controlar a boléia de trator e hoje conduz os dois da propriedade, velhinhos mas resistentes, Ford e Valmet. Quando vai à cidade e vê placas de agências bancárias atravessa a rua, porque “nunca precisei nem vou precisar de financiamento”.

A família reunida decidiu que este ano uma parte da propriedade seria usada para soja, e a outra para colocar em prática o que aprendera no penúltimo curso do SENAR-PR – de cultivo de eucalipto.

Os planos de Leoni estão voltados para as churraqueiras dos maringaenses e redondezas. Percebeu que o carvão obtido do eucalipto faz boa brasa e também faz bem ao bolso. É capaz de até dar a empreendedora Leoni mais alguns alqueires sonhados pela ex-bóia-fria.



A força do campo



Mulheres foram maioria nos encontros



Presidente da CNA Kátia Abreu falou aos produtores sobre desafios do setor



O presidente do Sindicato Rural de Londrina Narciso Pissinati e a presidente da CNA Kátia Abreu



Dilceu Sperafico, Eduardo Sciarra, Duilio Genari, Ricardo Barros e Élio Rusch participaram dos eventos

Na maior mobilização ocorrida até agora pelo Programa CNA em Campo, mais de seis mil produtores e produtoras rurais participaram de encontros no interior paranaense. A senadora Kátia Abreu, presidente da CNA, e o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, lideraram grandes reuniões em Toledo, Londrina e Campo Mourão, com a participação de líderes políticos e regionais

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não procurado |
| ☐ Endereço insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |
| ☐ | |

☐ Informação dada pelo porteiro ou síndico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em __/__/__

Em __/__/__

Responsável